



ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, no edifício da União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira sito em Travassô, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira. -----

Paulo Gomes cumprimentou todos os presentes, informou que Sofia Framegas não iria estar presente e deu início à sessão. -----

Esteve presente nesta sessão e a compor a Mesa da Assembleia Paulo Jorge dos Santos Gomes, na qualidade de Presidente da Mesa, Maria de Fátima Figueiredo dos Reis, na qualidade de primeira secretária e Óscar José de Almeida Matos a desempenhar funções de segundo secretário. Estiveram ainda presentes, Sofia Botelho Marques, Ricardo Alexandre Rebelo de Almeida, Alexandre Resende Reis Pires, Ondina da Silva Gomes Soares, Paulo Rogério Lopes Pires e Cristina Maria Marques da Silva. O executivo fez-se representar pelo seu Presidente, Sérgio Edgar da Costa Neves e pela tesoureira Ilda Maria de Almeida Pinheiro. -----

A sessão teve a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Leitura e aprovação da ata da assembleia anterior; -----
2. Período antes da ordem do dia; -----
3. Período da ordem do dia: -----
 - 3.1 Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade desta e da situação financeira nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----
 - 3.2 Análise, deliberação e votação da 2ª Alteração Modificativo ao Orçamento 2024; ---
 - 3.3 Análise, deliberação e votação de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira; -----
4. Outros assuntos nos termos do nº 1 do artº49 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;
5. Período para intervenção do público. -----

O Sr. Presidente da Assembleia questionou os membros da Assembleia sobre a dispensa da leitura da ata da sessão anterior, tendo sido aprovado por unanimidade. -----



Neste ponto o Sr. Presidente da Mesa perguntou se havia algum reparo a fazer à ata. De seguida a ata foi colocada à votação tendo sido aprovada com 7 votos a favor. -----
No período antes da ordem do dia, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta, Sérgio Neves que cumprimentou a Mesa da Assembleia bem como os restantes membros e o público presente. -----

Neste mesmo período interveio Ricardo Almeida, Alexandre Pires, Ondina Soares, Paulo Pires e Paulo Gomes. Ricardo Almeida começou a sua intervenção lembrando o projeto de criação de uma unidade local de proteção civil anteriormente discutido em assembleia. Acerca do mesmo, perguntou ao executivo se existiram desenvolvimentos na criação dessa mesma unidade. Perguntou ainda se o executivo tem realizado alguma intervenção no sentido de dialogar com os proprietários que não cumprem as leis ligadas à limpeza e manutenção dos terrenos. Em resposta o executivo começou a sua intervenção por lamentar a dimensão dos fogos que atingiram as freguesias vizinhas. Segundo o mesmo, estes fenómenos devem-se ao maior número de terrenos abandonados, ao tipo de árvores plantadas na região (acácias e eucaliptos) e ao facto de existirem temperaturas mais elevadas, associadas a uma baixa humidade e a velocidades de vento elevadas. Afirmou ainda que, foram realizadas diversas reuniões sobre o assunto, nas quais foi constatado que a rede pública de águas é insuficiente, pois embora existam diversas bocas de incêndio na freguesia, apenas duas delas permitem ter a pressão necessária para o enchimento rápido de um carro de combate a incêndios. Respondendo à questão colocada por Ricardo Almeida, o executivo afirmou que a criação de uma unidade local de proteção civil só poderá ser efetivada com o acesso a uma candidatura a um fundo, logo o investimento é extremamente avultado. Acrescentou ainda que a Câmara Municipal está disponível para ajudar no financiamento e salientou o facto de que, neste momento os bombeiros aceitam de bom grado a criação destas unidades locais, trabalhando nos dias de hoje em parceria. O Sr. Presidente clarificou que para a criação de uma unidade local, não só é necessário adquirir equipamentos como também é necessário o recrutamento de cidadãos voluntários. Afirmou ainda que, dos quinhentos milhões de euros aprovados pelo governo em diário da república existirá uma parte que será distribuída pelos organismos locais para a prevenção e para a criação dessas unidades. Informou a assembleia que realizou uma visita ao tanque do regadio com a Proteção Civil com o intuito de encontrar uma solução para o aumento da capacidade do mesmo. Acerca da sensibilização da população



para a limpeza dos terrenos, O Sr. Presidente, deu a conhecer a dificuldade que existe na aplicação das leis, dando a conhecer casos nos quais os proprietários mesmo após terem sido multados, os seus terrenos continuam sem serem limpos. O executivo manifestou a sua preocupação acerca da área florestal entre o Café Romi e Almeir. Conclui a intervenção afirmando que nesta zona nos últimos anos não ocorreram fogos, e que foi constatado a existência de uma manta morta nos terrenos de cerca de meio metro de altura, ou seja, em caso de incêndio será segundo o mesmo, impossível de deter o avanço das chamas. Foi dada a palavra a Alexandre Pires que começou por solicitar ao executivo a disponibilização da ata da quarta sessão ordinária do executivo e as atas das assembleias do ano corrente. Perguntou também quem é a pessoa que redige as atas da assembleia e do executivo, se a professora de Zumba já fez o pagamento à junta de freguesia, quem é a pessoa responsável pela limpeza dos WC da Pateira antes e depois da concessão do bar, se as águas dos fontanários são potáveis e qual a sua proveniência (rede pública ou nascente) e terminou a intervenção perguntando ao executivo se existe alguma divergência entre o executivo e a ARCOR. -----

O Sr. Presidente da Assembleia esclareceu que a pessoa que redige a ata da Assembleia é a secretária, presumindo de igual forma que as atas do executivo sejam igualmente redigidas pela secretária do executivo. Afirmou ainda que vai pedir ao executivo que as atas em falta sejam disponibilizadas em formato online, dando de seguida a palavra ao Sr. Presidente da União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira. O executivo começou por esclarecer que a professora de Zumba não realizou nenhum pagamento pois o contrato terminou na data prevista e foi encontrada outra solução para as aulas. Há questão da limpeza dos WC, o Sr. Presidente esclareceu que durante o período da concessão a limpeza é repartida pela empresa que explora a concessão, pela junta e pela ARCOR, no resto do ano é assegurada de igual forma pelas últimas duas entidades. O executivo esclareceu que foram colocados avisos em todas as fontes e fontanários, avisando que as águas não estão a ser controladas. Justificou este aviso pelo facto de que o delegado de saúde exige a realização de análises que têm um custo de cerca de 400,00€ por cada. O Sr. Presidente afirmou que é um custo elevado para os meios disponíveis pela junta de freguesia. As divergências entre a ARCOR e a Junta de freguesia acerca das instalações das mesmas estão a ser tratadas, através de protocolos que serão trazidos futuramente à Assembleia. Terminou a intervenção



afirmando que as atas do executivo são redigidas pela secretária do executivo. Foi dada a palavra a Ondina Soares que solicitou saber o estado de situação dos vários projetos aprovados anteriormente, nomeadamente o projeto energético e a renovação do edifício da CERCIAG.-----

De igual forma exigiu mais esclarecimentos acerca do litígio entre a ARCOR e a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira. Perguntou ao executivo se existe algum evento programado para Óis da Ribeira. Terminou questionando o Sr. Presidente o porquê de existir madeira cortada no terreno do Serpel. O executivo começou por afirmar que acerca da comunidade energética, neste momento estão a aguardar respostas da entidade responsável pela validação do modelo de autorização para a criação da comunidade energética. Afirmou ainda que em paralelo a empresa energética está a contactar as empresas locais de forma a que estas façam parte da possível comunidade energética. Há questão do projeto da CERCIAG, O Sr. Presidente afirmou que ainda se aguarda o resultado do concurso. O executivo começou por fazer novamente o enquadramento (já realizado em assembleias anteriores) da situação descrevendo os factos passados e resumindo que o litígio com a ARCOR reside essencialmente na ausência de documentos que provem a propriedade de uma parte do edifício por parte da Junta de Freguesia. Neste momento a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira solicitou um apoio jurídico para a criação de uma proposta que será enviada à ARCOR. No documento estará descrito os termos pelos quais foi realizada a empreitada. Nomeadamente que o terreno no qual aos dias de hoje está construído o Edifício, foi anteriormente propriedade da Junta de freguesia, que segundo um acordo verbal a Junta de freguesia cedeu o direito de superfície à ARCOR e acrescentando uma verba de 20% do custo da obra, a Junta de Freguesia é detentora de uma parte do mesmo edifício. Terminou a intervenção informando a Assembleia que a União de Junta de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira, está neste momento a despender de um elevado valor económico para legalizar todos os bens da Junta de Freguesia. Relativamente aos eventos o Sr. Presidente esclareceu que estavam programados três eventos para a Freguesia, mas que devido às circunstâncias recentes (incêndios) foram canceladas. Os eventos seriam, uma palestra com a canoagem e a associação Hugo Costa no qual seria apresentado o projeto das estações náuticas, uma outra palestra com a APA e com a Câmara Municipal com o tema “Pateira de um ponto de vista am



biental” sendo que este evento teria associado uma caminhada e um evento musical. Acerca da concessão do Bar da Pateira o Sr. Presidente quer trazer à Assembleia uma proposta para penalizar ou proibir a candidatura à exploração do Bar por parte de empresas ou pessoas que não cumpram o caderno de encargos para que a Junta fique protegida. -----

Ao assunto do Serpel, o executivo esclareceu que chegou a acordo com um madeireiro para o corte e compra da madeira queimada de forma a que a zona fique limpa e que possa proporcionar a reprodução das árvores abatidas. Ondina Soares mostrou o seu descontentamento, afirmando que não concorda com o facto de o executivo tomar esta decisão sem que seja publicada num edital ou trazida a votação na Assembleia. Ao qual o Sr. Presidente respondeu que a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira tem por lei o direito a tomar esta decisão por si mesma pois o valor não excede os vinte mil euros (para memória futura o valor da venda da madeira e limpeza das extremas foi de seiscentos euros). Paulo Pires pediu a palavra para questionar o executivo se as contas da Feira Rural estão encerradas e que seria importante trazer à Assembleia o resultado final das mesmas. Perguntou também ao executivo, qual será o valor atribuído e quais os custos a suportar pela Junta de Freguesia no projeto de requalificação dos fontanários. O executivo respondeu que acerca da Feira Rural as contas ainda não estão encerradas. O Sr. Presidente confirmou que a candidatura ao fundo ambiental foi atribuída ficando o projeto qualificado em terceiro lugar a nível nacional. Acrescentou ainda que, a assinatura do contrato com o governo será no dia 8 de outubro. O executivo afirmou que a verba atribuída é de sessenta e oito mil euros (contempla financiamento e parte da Junta) sendo a mesma repartida em diversas vertentes nomeadamente, palestras, execução de obra (reabilitação de dois lavadouros/fontanários) com um montante de cerca de vinte mil euros, formação educativa, análise das águas dos fontanários e sensibilização da população. O Sr. Presidente alertou para o facto de o prazo de execução do programa ser muito curto, confirmando que a execução de todo o programa deve estar concluído até ao fim do mês de novembro. Alexandre Pires pediu a palavra para questionar o executivo a cerca do valor apresentado no relatório de contas da Feira Rural referente a aquisição de paletes, sugerindo que as paletes poderiam ser reutilizadas nos anos seguintes. O executivo justificou a aquisição das mesmas pelo facto de que estas são constantemente roubadas no de



correr e no final de cada Feira Rural. Paulo Pires pediu a palavra para expor a situação da cedência do bar situado na nossa senhora do Amparo. Segundo o mesmo, as despesas desse mesmo bar (água e eletricidade) estão a ser suportadas pela Junta de Freguesias. Acrescentou ainda que Junta de Freguesia deveria proteger-se melhor na cedência destes espaços.-----

Terminou dizendo que neste caso, a Junta cedeu o local à comissão de festas de forma gratuita, assumiu as despesas do espaço, e por seu lado essa mesma comissão realizou uma gestão danosa, pois encontra-se neste momento com dívidas na ordem dos dez mil euros. O Sr. Presidente da Assembleia interveio igualmente para expor a sua opinião. Este defendeu que o bar deveria ser concessionado à semelhança do bar da Pateira, de forma a não existirem desigualdades entre as duas situações. O Sr. Presidente da Junta começou por explicar que a cedência do bar à comissão de festas é uma prática habitual e que o objetivo é de ajudar as comissões de festas a angariarem fundos para a realização das respetivas festas. Acerca do facto de a União de Juntas de Freguesias assumir as despesas de luz e água, o Sr. Presidente lembrou que as casas de banho não servem somente os utilizadores do bar, mas bem como todos os cidadãos que possam passar pela zona. De seguida passou-se ao período da ordem do dia. -----

3.1 Apreciação e informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade desta e da situação financeira nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro -----

Neste ponto O Sr. Presidente da Mesa questionou o executivo se tinha algo a acrescentar ao documento que foi enviado, ao que o mesmo disse que estava disponível para esclarecimentos ou questões que fossem colocadas. Neste ponto interveio Ricardo Almeida, Ondina Soares e Paulo Pires. Ricardo Almeida começou por perguntar ao executivo quais são as candidaturas aos fundos europeus que ainda estão a ser preparadas, quais são as candidaturas às quais se aguarda resposta, nomeadamente as obras na Pateira e o projeto da calçada entre a capela e Stº António e Requeixo. O executivo afirmou que acerca do projeto da calçada, o caderno de encargos já está pronto seguindo-se o procedimento de adjudicação por parte da Câmara Municipal, pois é esta que assumirá os custos do projeto. O Sr. presidente esclareceu que acerca do projeto da Pateira, este tem de ser objeto de uma candidatura por parte da Câmara





Municipal. Este projeto visa a requalificação da encosta da Pateira, das casas de banho, criação do parque para as caravanas e criação de uma zona turística com um miradouro. Para finalizar o executivo, explicou que existe também um projeto para a criação de uma ciclovia entre o café Romi e a rotunda do Milénio ao abrigo da mobilidade. Conclui dizendo que, a Câmara vai também aumentar o número de bicicletas e de carregadores elétricos, e vai criar bandas dissuasoras de trânsito (lombas).-----

Ondina Soares usou a palavra para perguntar ao executivo qual é o ponto da situação da obra de alargamento da Rua Benjamin Soares Freitas. O Sr. Presidente, explicou que, devido a complicações por parte do proprietário da casa que será a derrubar, este projeto avançará apenas no próximo ano, e que as verbas destinadas a este projeto serão alocadas nos projetos das casas de banho da Pateira e do Parque da Nossa Senhora do Amparo. Ondina Soares questionou o executivo acerca do projeto “Dar voz”, e por fim solicitou saber em que estado se encontra o projeto de construção da via rápida que liga Águeda-Aveiro. O executivo começou por explicar que acerca do projeto da via rápida, o mesmo já está concluído, aguarda-se neste momento que a APA forneça o estudo de impacto ambiental seguindo-se o pedido de visto ao tribunal de contas para avançar com o concurso público. Acrescentou ainda que as expropriações já tiveram início, em primeiro pelas partes urbanas e de seguida as partes rústicas. Acerca do projeto “Dar voz” o Sr. Presidente informou que é um projeto impulsionado pela Cruz Vermelha e que visa apoiar as vítimas de violência doméstica. Segundo ele, este projeto visa acelerar o processo de apoio à vítima de violência doméstica. Paulo Pires perguntou ainda se o processo de concurso para o aumento do mapa de pessoal interno se é referente apenas para um assistente operacional. O Sr. Presidente afirmou que o processo de concurso será para um assistente operacional e para um assistente técnico. -----

3.2 Análise, deliberação e votação da 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento 2024; ---
À Semelhança do ponto anterior o Sr. Presidente da Mesa perguntou ao executivo se tinha algum esclarecimento a fazer, ao que este respondeu que diz respeito a despesas referentes ao fundo ambiental que não tinham sido contempladas, clarificou ainda que existem verbas que terão de ser alteradas, nomeadamente nas questões dos cemitérios, aproveitando para apelar às pessoas que atualizem a sua situação junto da Junta de Freguesia. Esclareceu ainda que este mesmo ponto diz respeito a retificação



dos acordos com a Câmara municipal, para assim salvaguardar a posição da Junta de Freguesia. Neste ponto não houve intervenções. -----

Posto o ponto à votação este foi aprovado com 7 votos a favor e 1 contra de Alexandre Pires. -----

3.3 Análise, deliberação e votação de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira; -----

O Sr. Presidente explicou que até ao momento a Câmara Municipal tinha um contrato com uma empresa para assegurarem as manutenções das escolas, mas segundo o mesmo, essas mesmas não eram realizadas. O executivo explicou que esta deliberação transporta a competência dessas manutenções para a junta de freguesia com a respetiva verba associada. Neste ponto não houve intervenções. O ponto foi colocado à votação tendo sido aprovado com 7 votos a favor e 1 abstenção de Alexandre Pires.

4. Outros assuntos nos termos do nº1 do artigo 49 da lei nº75/2013, de 12 de setembro. -----

Neste ponto o Sr. Presidente esclareceu uma questão adicional colocada no ponto anterior por Ricardo Almeida. Neste ponto interveio ainda Ondina Soares, Alexandre Pires e Paulo Pires. Ricardo Almeida solicitou o esclarecimento ao executivo acerca das opções A e B apresentadas nos anexos para as obras da escola de Travassô. O executivo começou por explicar que a solução A contempla a remodelação da escola ficando apenas a fachada, e nascendo um piso subterrâneo. Segundo o mesmo esta solução propõe a criação de 8 salas de aula e não permite nenhum tipo de extensão futura, com um custo estimado entre 1,7 a 1,8 milhões de euros. O Sr. Presidente explicou ainda que a solução B reside na construção de uma nova escola com cerca de 1000 m² de construção e um terreno de entre 3 a 4 mil m². Acrescentou ainda que nesta solução existirá um parque desportivo, um parque de estacionamento e espaço para jardim. Ao contrário da solução A esta solução permite a possibilidade de aumento das instalações. Para esta solução o executivo estima um custo de cerca de 1,5 milhões de euros. Esclareceu ainda que o terreno estudado para o projeto será oferecido pelo proprietário. Terminou dizendo que a escolha da opção A ou B será em função do tipo de financiamento que estará disponível no momento e da melhor solução para responder ao recente crescimento do número de alunos. Para terminar Ondina Soares voltou a sugerir a colocação de placas para sinalizar a valeta junto à Pateira. Alexandre Pires



pediu a palavra para solicitar ao executivo o valor gasto em herbicidas em 2023 e 2024. O Sr. Presidente comprometeu-se a enviar os custos relativos aos herbicidas, adiantando que à data é de 5 vezes mais.-----

Paulo Pires pediu a palavra para lembrar que o caminho que foi vendido pela Junta de Freguesia foi à condição que o futuro proprietário amplie a empresa, insiste ainda que é preciso salvaguardar esta situação. -----

5. Período para intervenção do público. -----

Neste ponto interveio o Sr. Aurélio Matos que pediu esclarecimento sobre alinhamento e finalidade do Caminho das Bouças. O Sr. Presidente informou que foi feita uma tentativa de alargamento do caminho de forma a que posteriormente este seja pavimentado, mas os proprietários dos terrenos não estão disponíveis para ceder os centímetros necessário ao alargamento do mesmo. -----

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou que fosse colocada à votação a elaboração da ata em minuta, a qual foi considerada pelos seus membros. Colocada à votação a presente ata, a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

O Sr. Presidente da Assembleia informou que Sofia Botelho teve que abandonar os trabalhos, por questões familiares não votando o ponto 3.1 e 3.2.-----

Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente declarou encerrada a sessão pelas 23h30 minutos da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia da União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira: -----

A Primeira Secretário da Mesa de Assembleia da União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira: -----

O Segundo-Secretário da Mesa de Assembleia da União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira: -----